

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Termo de Referência 172/2025

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---|----------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 172/2025 | 154359-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA | MARCELO CHIBIAQUI DA CUNHA | 01/09/2025 09:24 (v 1.3) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| | | |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes | 270/2025 | A definir |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição, mediante Sistema Registro de Preços (SRP), tem por finalidade realizar a compra de equipamentos audiovisuais é motivada, em parte, pela necessidade urgente de substituir itens obsoletos ou danificados pelo uso contínuo, como microfones, mesas de som e caixas acústicas, cuja indisponibilidade compromete a qualidade das atividades. A não concretização desta aquisição perpetuará a carência de materiais, impactando negativamente a eficiência e a autonomia na organização das atividades acadêmicas e institucionais listadas na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | Especificação | CATMAT | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---|--------|---------|------------|----------------|---------------|
| 1 | Tela Projeção Material Estrutura: Alumínio, Tipo Ajuste Tela: Elétrico/Retrátil Com Controle Remoto, Material: Plástico Vinil, Tipo Fixação: Parede/Teto, Cor: Branca, Altura: 2,20 M, Largura: 3,74 M, Características Adicionais: Com Controle Remoto Motor 220w, Tipo Tela: Retrátil. Descrição complementar: Com acionamento de subida e descida por meio de botoeira manual; Caso a tela ofertada possua acionamento por controle remoto sem fio o sistema também deve, permitir o acionamento através de botoeira manual, esta deverá ser fornecida com o conjunto; A superfície de projeção de ser apresentada na cor branca opaca; Deve permitir a instalação em parede e teto, por meio de sistema de fixação por parafusos na posição de sobrepor e e necessário acompanhar kit de montagem, fixação e suportes compatíveis que permitam sua instalação em parede ou teto de alvenaria; Alimentação elétrica em 220 volts. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. | 253849 | Unidade | 17 | R\$ 1.380,00 | R\$ 23.460,00 |
| | Mesa Áudio / Vídeo- Switcher De Video Quantidade Canais: 12 UN, Tipo Entrada: Entradas Balanceadas - Xlr E De Linha P-10 , Equalização: Gráfico De 5 Bandas + 48v Phantom Power , Tensão Alimentação: 110/220 V, Características Adicionais: Processador De Efeitos Com Tela de Lcd , Acessórios: Entrada Usb Com | | | | | |

| | | | | | | |
|---|--|--------|---------|----|---------------|----------------|
| 2 | Display Digital, Saída Estéreo. Descrição complementar: Console de mixagem 12 canais, 6 entradas de microfone (XLR) ou mais, 1 barramento estéreo, Pré-amplificadores de microfone “D-PRE” com Darlington invertido, Efeitos: SPX com 24 programas ou mais, 24 bits / 192kHz 2in / 2out funções de áudio USB, Phantom power de 48v; Chassi de metal, Voltagem: 220V ou bivolt; Modelo de referência: Yamaha MG12XU ou similar com qualidade superior. | 602679 | Unidade | 7 | R\$ 2.374,89 | R\$ 16.624,23 |
| 3 | Caixa Acústica Tipo: Amplificada , Potência: 1500 W, Tamanho Alto-Falante: 15 POL, Resposta Frequência: 50 Hz A 15 Khz KHZ, Largura: 432 MM, Altura: 685 MM, Profundidade: 429 MM, Cor: Preta. Descrição complementar: Caixa de som ativa , Tamanho do Alto Falante Woofer: 15 polegadas; Tipo de Caixa: 2 Vias; Com Controles independentes de equalização dos graves, médios, agudos, volume total, echo e mic. Funções: Bluetooth, line in e line out, mic; Entradas: 1 Mic XLR/P10, 1 Line XLR/RCA; Saídas: 1 Line out XLR/RCA, 1 Speakon (amplificada); Alimentação: 110V/220V (bivolt chaveado). Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. | 473185 | Unidade | 8 | R\$ 2.796,86 | R\$ 22.374,88 |
| 4 | Projetor Multimídia Tipo Lâmpada: Led , Voltagem: Bivolt V, Quantidade Entradas Vídeo: 2 UN, Tipo Zoom: Digital, Tipo: Profissional , Características Adicionais: Hdmi, Vga, Conexão: Usb, Wi-Fi, Miracast, Luminosidade Mínima: 6.000 LM, Tipo Projeção: Frontal , Resolução: 1920 X 1200. Descrição complementar: Lâmpada com duração mínima de 5000 horas em modo normal; Possuir as seguintes conexões: entrada VGA (DSUB 15 pinos), saída VGA (DSUB 15 pinos), entrada áudio RCA, 2 entradas HDMI, entrada RS-232, USB; Alto falantes embutidos e entrada e saída de áudio do tipo mini jack; Foco manual e ajuste de inclinação; Deve possuir pontos de fixação para uso de suporte de teto; Idioma do menu em português; Alimentação bivolt. Deve acompanhar os seguintes itens compatíveis: cabo de energia, cabo VGA ou HDMI, controle remoto e manual de instruções em português; Deve permitir duas conexões VGA simultâneas (entrada e saída) para interconexão de projetores; Não serão aceitos adaptadores para as conexões exigidas; Modelo de referência: EPSON PowerLite FH52+ ou similar com qualidade superior. | 603954 | Unidade | 20 | R\$ 24.427,15 | R\$ 488.543,00 |
| | Microfone Tipo: De Mão Sem Fio , Resposta Frequência: 20 A 20.000 HZ, Tipo Receptor: 2 Antenas , Características Adicionais: 2 Microfones C/Sist.Duplo, 2 Transmissores C/ Cáps , Alimentação Externa Receptor: 220 VCA, Alimentação Receptor: 15 VDC, Frequência: Uhf 3 Bandas - 700 A 900 MHZ, Aplicação: Estúdio, Palco E Auditório , Sensibilidade: +/- 3 DB. Descrição complementar: Par de microfone UHF Microfone em dose dupla, equipado com duas antenas: bastão com display digital, escolha até 30 canais UHF, proteção contra phantom power e distorção harmônica total de < 0,1% Itens inclusos: 2 Microfones uhf de mão 1 Receptor 1 | | | | | |

| | | | | | | |
|---|--|--------|---------|----|--------------|---------------|
| 5 | Cabo P10/P10 1 Fonte de energia bivolt 1 Manual ilustrado 1 case para transporte; Faixa de frequência: 663,5 – 693,5 Mhz ; Resposta de frequência de áudio: 50 Hz a 15Khz ; Potência de RF: 30 mW ; Bastões com chave on/off e botão para troca de canal; Display digital com indicação do canal, tempo de bateria e sinal de RF; Cápsula antishock; Alimentação: Pilhas lcalinas AA (10 horas de duração); Distância da base: até 100 metros dentro das condições ideais Faixa de frequência: 663,5 – 693,5 Mhz Resposta de frequência: 50 Hz – 15 KHz Potência de RF: 30 mW Alimentação: Pilhas alcalinas AA certificado e homologado pela Anatel; Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. | 330578 | Unidade | 12 | R\$ 1.980,01 | R\$ 23.760,12 |
| 6 | Mesa Áudio / Vídeo- Switcher De Video; Quantidade Canais: 8 UN; Tipo Entrada: Conectores Xlr / P10 / Usb; Equalização: 3 Vias; Tensão Alimentação: Bivolt V; Características Adicionais: Bluetooth, Saída Para Fone De Ouvido. | 466000 | Unidade | 10 | R\$ 979,62 | R\$ 9.796,20 |
| 7 | Caixa Acústica; Tipo: Amplificada; Potência: 500 WRMS; Tamanho Alto-Falante: 10 POL; Largura: 42,3 CM; Altura: 56,5 CM; Profundidade: 25,2 CM; Voltagem: Bivolt V; Aplicação: Propagação Som. Descrição Complementar: As especificações de Potência e Dimensões (inclusive do alto-falante) podem ser superiores em até 50% ao especificado; Deve possuir, no mínimo, 03canais. Canal 1: Bluetooth, USB, Micro SD, Auxiliar P2 e 2x RCA (estéreo); Canal 2: Microfone sem fio / Microfone 2x P10 mono; Canal 3: Violão 1x P10 mono; Deve possuir conexão Bluetooth; Deve possuir entradas USB, Micro SD; Deve possuir bateria interna selada 12V e 4,5 ampères que proporcione autonomia de 20 (vinte) horas em volume médio (ou autonomia superior); Peso aproximado: 10Kg. Deve acompanhar 01 Tripé metálico com pés articuláveis para fechamento e transporte, com regulagem de altura, para encaixe na parte inferior da caixa; Deve acompanhar 01 Microfone sem fio com frequência UHF de longo alcance (no mínimo 20 metros da caixa de som), com receptor integrado na caixa acústica (built-in); 01 cabo de força; 01 Controle Remoto; Manual de instruções em português.Equipamento com qualidade similar ou superior a marca / modelo Frahm Kit CMF670 TWS. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. | 614522 | Unidade | 23 | R\$ 1.785,00 | R\$ 41.055,00 |
| 8 | Mesa Áudio / Vídeo- Switcher De Video Quantidade Canais: 4 UN Tipo Entrada: Sdi E Hdmi Tipo Saída: Sdi E Hdmi Tensão Alimentação: 110/240 VCA Características Adicionais: Display Touch de 5 Pol Integrado Descrição Complementar: Mesa de corte multicâmera, 4 canais (HDMI) ou +; US | 617880 | Unidade | 2 | R\$ 2.799,00 | R\$ 5.598,00 |
| 9 | Mesa Áudio / Vídeo - Switcher De Vídeo Quantidade Canais: 16 UN Tipo Entrada: 8 Microfones Tipo Saída: 2 Estéreo, 1 Monitor, 1 Fone, 4 Aux e 4 Grupo EquaEqualização: 3 Bandas De Equalização Controle Ganho: -15 A +15 Db DB Tensão Alimentação: 100/240 V Características Adicionais: Pré-Amplificador D- | 620907 | Unidade | 4 | R\$ 2.649,00 | R\$ 10.596,00 |

| | | | | | | |
|----|--|--------|---------|----|---------------|----------------|
| | Pre, Phantom Power Acessórios: Suporte P/ Montagem em Rack, Frequência: 20 Hz A 4 Frequência: 20 Hz A 48 Khz KHZ | | | | | |
| 10 | Microfone Tipo: Lapela Com Fio Alimentação: Pilhas Aa Resposta Frequência: 38 Hz A 18 KHZ Aplicação: Sonorização Padrão: Omnidirecional Acessórios: Adaptador Xlr Sensibilidade: -38+/-3 DB Cor: Preta Referência Fabricante: Boya M110d | 623998 | Unidade | 30 | R\$ 699,90 | R\$ 20.997,00 |
| 11 | Microfone Tipo: Dinâmico Resposta Frequência: 50 Hz A 15 Khz KHZ Tipo Receptor: Sem Receptor Características Adicionais: Conector Xlr Padrão: Cardióide Sensibilidade: -56.0 DB Cor: Preta Referência Fabricante: Shure Sm 58 | 623910 | Unidade | 8 | R\$ 548,00 | R\$ 4.384,00 |
| 12 | Televisor Tamanho Tela: 75 POL Voltagem: 110 /220 V Cor: Preta Características Adicionais: Smart Tv, 4 K, Wifi. Entradas Hdmi/Usb, Conversor Tipo Tela: Led Touch Screen, Acessórios: Controle Remoto. Descrição Complementar: Bluetooth. Selo de certificação do INMETRO | 611856 | Unidade | 12 | R\$ 4.620,00 | R\$ 55.440,00 |
| 13 | Televisor Tamanho Tela: 85 POL, Voltagem: 110 /220V, Características Adicionais: Smart Tv, 4 K, Wifi. Entradas Hdmi/Usb, Conversor, Tipo Tela: Led, Acessórios: Controle Remoto. Selo de certificação do INMETRO | 460902 | Unidade | 9 | R\$ 8.096,50 | R\$ 72.868,50 |
| 14 | Tripé, Material: Alumínio, Altura Máxima: 1,80 M, Peso: 2,4 KG, Capacidade: 4 KG, Aplicação: Câmara Fotográfica ou Filmadora, Altura Mínima: 0,81 M | 465786 | Unidade | 26 | R\$ 888,78 | R\$ 23.108,28 |
| 15 | Câmera Fotográfica Digital Tipo Foco: Automático Dual Pixel, Tipo Visor: Eletrônico Tipo Oled Evf, Formato Gravação Imagem: 4k, Tipo Modo Gravação: 4k 60p/Full Hd 120p, Resolução Máxima: 24,1 MegapixelsFPS, Interface: Wi-Fi E Bluetooth, Tipo Memória: Sd, Sdhc, Sdxc, Velocidade Obturador: 1/4000 Para 30S, Flash: Pop Up, Saída Video: Hdmi, Alimentação Câmera: Bateria, Compatibilidade: Lentes Rf, Rf-S, Sensor Imagem: Aps-CMPX, Acessórios: Lente Adicional, Carregador De Bateria, Cabo, Bate, Monitor: Lcd 3 Pol Descrição Complementar: com estojo de proteção. | 621512 | Unidade | 20 | R\$ 5.434,00 | R\$ 108.680,00 |
| 16 | Lousa Interativa Tamanho Tela: 75 POL, Tensão: 110/220 V, Características Adicionais: Duas Canetas e Controle Remoto Sem Fio , Tipo Tela: Touch Screen , Software: Windows e Android | 618881 | Unidade | 8 | R\$ 12.200,00 | R\$ 97.600,00 |
| 17 | Gravador e Reprodutor de Som Tipo: Digital , Meio Gravação: Memória Interna , Características Adicionais: Display Lcd/Extensão Wav E Mp3 /Porta Usb , Funções: Pré-Gravação/Software para Edição de Áudio, Tipo Saída: Autofalante Embutidos (Built-In), Tipo Entrada: Cc 3v, Usb (2.0 Velocidade Total), Enrada De Linha, Resposta Frequência: 24 bits/96 kHz HZ. Descrição Complementar: compatibiliade com audio descrição | 430275 | Unidade | 4 | R\$ 1.648,03 | R\$ 6.592,12 |
| | Filmadora/Monitor Portátil Tipo Zoom: Óptico / Digital Amplitude Zoom Digital: 30 X Amplitude Zoom Ótico: 15 X Sistema Gravação: Cartão Memória Sd/Sdhc/Sdxc Tipo: Digital Resolução: 4k PX. Descrição Complementar: Display LCD de 3,5 "e EVF colorido de 2,4" Slots de cartão SDXC / SDHC duplos Duas configurações de filtro ND interno Entradas de áudio XLR de 2 canais com | | | | | |

| | | | | | | |
|-------------|---|--------|---------|---|---------------|------------------|
| 18 | alimentação fantasma / Microfone estéreo integrado / A exibição de um histograma para cálculo de sua exposição / Tally com configurações estáveis e piscando / Grava UHD 4K 24 / 30p a 70/150 Mb / s / Controle de IP e transmissão ao vivo Full HD 4: 2: 2 4K Vídeo a 24 / 30p / Terços inferiores e sistema de titulação em HD / Zeroconf, configuração de LAN de 1 botão Integração com Facebook Live Saída 3G-SDI e HDMI, saída HDMI UHD 4K ao vivo | 470898 | Unidade | 4 | R\$ 17.843,80 | R\$ 71.375,20 |
| 19 | Tripé Altura Máxima: 1,68 M Aplicação: Câmera Vídeo Até 8 Kg Características Adicionais: Cabeça Com Sistema Fluid Head, Manches Telescópi-Peso Cabeça: 3,1 KG. Descrição Complementar: Tripé de dois estágios com uma tigela de 75 mm embutida. O spreader (espalhador) telescópico de nível médio do tripé para ajuda a definir os ângulos das pernas com precisão. Pés pontiagudos com galochas de borracha fornecidos para um aterramento sólido em pisos lisos e terrenos irregulares. Contrapeso de 4 kl / Bola / tigela de 75 mm Pernas de tubo duplo telescópico de alumínio de 2 estágios Distribuidor de nível médio | 271849 | Unidade | 5 | R\$ 5.948,00 | R\$ 29.740,00 |
| 20 | Disco Magnético Memória: 8 TB. Aplicação: Uso Externo Modelo: Ide Capacidade Mínima Cache: 64 MB Velocidade Mínima Disco: 7.200 RPM Interface: Cabo Usb 3.0. Descrição Complementar: Capacidade 8000 Centiliters Tecnologia de conexão USB Número de portas USB 2.0 1 Plataforma de hardware PC, Mac | 440464 | Unidade | 3 | R\$ 1.200,00 | R\$ 3.600,00 |
| 21 | Aeronaves Teleguiadas Tipo: Aeronave Remotamente Pilotada (Drone) Quantidade Motores: 4 Motores Tamanho Diagonal: 380,1 MM Comprimento: 347,5 MM Peso Máximo: 1.100 G Material: Poliestireno Expandido (Eps) Alta Resistência Velocidade Ascensão Vertical: 8 M/S Características Adicionais: Georreferenciamento, Sensor Multiespectral Cmos De Descrição Complementar: acompanha baterias extra e estojo de transporte | 625399 | Unidade | 2 | R\$ 9.999,00 | R\$ 19.998,00 |
| 22 | Mesa Digitalizadora Padrão: Usb , Resolução: 1.820 X 1.080 Pixel LPI, Programa Suportado: Programas De Desiner Gráfico , Compatibilidade: Sop 2.0. , Características Adicionais: Caneta Com Ponta de Feltro Para Interação | 618250 | Unidade | 4 | R\$ 1.699,00 | R\$ 6.796,00 |
| Valor Total | | | | | | R\$ 1.162.986,53 |

1.1.1 Estimativa de quantitativo individualizado por campi.

| Item | Campus | Quantidades |
|------|--------------------|-------------|
| 1 | CAMPUS DOM PEDRITO | 2 unidades |
| | CAMPUS ITAQUI | 5 unidades |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 5 unidades |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 5 unidades |
| 2 | CAMPUS DOM PEDRITO | 2 unidades |
| | CAMPUS ITAQUI | 1 unidade |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 4 unidades |
| 3 | CAMPUS DOM PEDRITO | 2 unidades |
| | CAMPUS JAGUARÃO | 2 unidades |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 2 unidades |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 2 unidades |
| | CAMPUS DOM PEDRITO | 2 unidades |

| | | |
|----|--------------------|-------------|
| 4 | CAMPUS ITAQUI | 3 unidades |
| | CAMPUS JAGUARÃO | 5 unidades |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 5 unidades |
| | CAMPUS SÃO GABRIEL | 5 unidades |
| 5 | CAMPUS DOM PEDRITO | 2 unidades |
| | CAMPUS ITAQUI | 5 unidades |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 2 unidades |
| | CAMPUS SÃO GABRIEL | 1 unidade |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 2 unidades |
| 6 | CAMPUS ITAQUI | 3 unidades |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 3 unidades |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 4 unidades |
| 7 | CAMPUS DOM PEDRITO | 4 unidades |
| | CAMPUS ITAQUI | 6 unidades |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 8 unidades |
| | CAMPUS SÃO GABRIEL | 1 unidade |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 4 unidades |
| 8 | CAMPUS SÃO BORJA | 2 unidades |
| 9 | CAMPUS SÃO BORJA | 2 unidades |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 2 unidades |
| 10 | CAMPUS SÃO BORJA | 3 unidades |
| | PROCADI | 25 unidades |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 2 unidades |
| 11 | CAMPUS DOM PEDRITO | 2 unidades |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 4 unidades |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 2 unidades |
| 12 | CAMPUS DOM PEDRITO | 2 unidades |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 6 unidades |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 4 unidades |
| 13 | CAMPUS ITAQUI | 2 unidades |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 3 unidades |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 4 unidades |
| 14 | CAMPUS DOM PEDRITO | 2 unidades |
| | CAMPUS ITAQUI | 3 unidades |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 6 unidades |
| | PROCADI | 15 unidades |
| 15 | CAMPUS SÃO BORJA | 10 unidades |
| | PROCADI | 10 unidades |
| 16 | CAMPUS JAGUARÃO | 1 unidade |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 2 unidades |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 5 unidades |
| 17 | CAMPUS SÃO BORJA | 4 unidades |
| 18 | CAMPUS JAGUARÃO | 1 unidade |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 1 unidade |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 2 unidades |
| 19 | CAMPUS ITAQUI | 1 unidade |
| | CAMPUS JAGUARÃO | 1 unidade |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 1 unidade |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 2 unidades |
| 20 | CAMPUS JAGUARÃO | 1 unidade |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 2 unidades |
| | | |

| | | |
|----|-------------------|------------|
| 21 | CAMPUS SÃO BORJA | 2 unidades |
| 22 | CAMPUS SÃO BORJA | 2 unidades |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 2 unidades |

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do(a) termo de homologação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Eventuais divergências entre o formulário de Pedido de Compras e o Termo de Referência serão dirimidas com base nas disposições deste Termo de Referência, que prevalecerá para fins desta contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 09341233000122-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 06/05/2024

| Item | Unidades | Identificador da futura contratação | ID do Item no PCA | Classe - Grupo |
|------|--------------------|-------------------------------------|-------------------|----------------|
| 1 | CAMPUS DOM PEDRITO | 154359-270/2025 | 3147 | 6730 |
| | CAMPUS ITAQUI | 154359-326/2025 | 3378 | |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3180 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3358 | |
| 2 | CAMPUS DOM PEDRITO | 154359-270/2025 | 3148 | 5835 |
| | CAMPUS ITAQUI | 154359-326/2025 | 3379 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3359 | |
| 3 | CAMPUS DOM PEDRITO | 154359-270/2025 | 3149 | 5830 |
| | CAMPUS JAGUARÃO | 154359-281/2025 | 3061 | |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3181 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3360 | |
| 4 | CAMPUS DOM PEDRITO | 154359-270/2025 | 3152 | 6730 |
| | CAMPUS ITAQUI | 154359-326/2025 | 3380 | |
| | CAMPUS JAGUARÃO | 154359-281/2025 | 3062 | |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3182 | |
| | CAMPUS SÃO GABRIEL | 154359-234/2025 | 2651 | |
| 5 | CAMPUS DOM PEDRITO | 154359-270/2025 | 3151 | 5965 |
| | CAMPUS ITAQUI | 154359-326/2025 | 3381 | |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3184 | |
| | CAMPUS SÃO GABRIEL | 154359-288/2025 | 3169 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3361 | |
| 6 | CAMPUS ITAQUI | 154359-326/2025 | 3382 | 5835 |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3185 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3362 | |
| 7 | CAMPUS DOM PEDRITO | 154359-270/2025 | 3153 | 5830 |
| | CAMPUS ITAQUI | 154359-326/2025 | 3383 | |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3186 | |
| | CAMPUS SÃO GABRIEL | 154359-288/2025 | 3170 | |

| | | | | |
|----|--------------------|------------------|------|------|
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3363 | |
| 8 | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3187 | 5835 |
| 9 | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3188 | 5835 |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-320/2025. | 3374 | |
| 10 | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3189 | 5965 |
| | PROCADI | 154359-332/2025 | 3403 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3365 | |
| 11 | CAMPUS DOM PEDRITO | 154359-270/2025 | 3154 | 5965 |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3190 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3366 | |
| 12 | CAMPUS DOM PEDRITO | 154359-270/2025 | 3146 | 7730 |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3191 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3367 | |
| 13 | CAMPUS ITAQUI | 154359-326/2025 | 3384 | 7730 |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3192 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3368 | |
| 14 | CAMPUS DOM PEDRITO | 154359-270/2025 | 3155 | 6760 |
| | CAMPUS ITAQUI | 154359-326/2025 | 3385 | |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3193 | |
| | PROCADI | 154359-332/2025 | 3404 | |
| 15 | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3194 | 6720 |
| | PROCADI | 154359-332/2025 | 3405 | |
| 16 | CAMPUS JAGUARÃO | 154359-270/2025 | 3060 | 7110 |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3195 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3369 | |
| 17 | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3196 | 5835 |
| 18 | CAMPUS JAGUARÃO | 154359-270/2025 | 3057 | 6710 |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3197 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3370 | |
| 19 | CAMPUS ITAQUI | 154359-326/2025 | 3386 | 6760 |
| | CAMPUS JAGUARÃO | 154359-270/2025 | 3058 | |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3199 | |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3371 | |
| 20 | CAMPUS JAGUARÃO | 154359-270/2025 | 3059 | 7030 |
| | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3200 | |
| 21 | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3201 | 1550 |
| | | 154359-411/2025 | 4195 | |
| 22 | CAMPUS SÃO BORJA | 154359-286/2025 | 3202 | 7040 |
| | CAMPUS URUGUAIANA | 154359-315/2025 | 3372 | |

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos indispensáveis que o objeto a adquirir/contratar deve dispor para atender à demanda de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa são:

- O prazo de entrega dos bens é de, no máximo, 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única;
- Os equipamentos deverão apresentar certificação e/ou estar em consonância com o Sistema Brasileiro de Certificação, cada um no respectivo órgão competente (ex.: ANVISA, ABNT, INMETRO);
- Nenhum produto constante do presente Termo de Referência poderá ser remanufaturado, recondicionado, ou de segunda mão;
- Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica;
- Todos os equipamentos ofertados devem possuir garantia mínima estabelecida em lei contra defeitos de fabricação e vícios de qualidade, contados a partir da data de recebimento definitivo;
- O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- Os televisores, itens 12 e 13, devem apresentar Selo de certificação do INMETRO.
- Os drones item 21 deve atender aos mais altos padrões de qualidade e segurança, incluindo a conformidade com regulamentações nacionais e internacionais de aeronaves remotamente pilotadas.
- As câmeras devem ter capacidade de captura de imagens de alta resolução e vídeos em 4K para garantir a precisão e clareza das informações coletadas.
- Os drones devem estar de acordo com a legislação brasileira e deve estar homologando juntamente com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)

Sustentabilidade

4.2 Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto a equipe de contratação reconhece a importância do princípio do desenvolvimento sustentável (Lei 14.133/2021 e da IN SEGES nº 1/2010). A logística reversa e o adequado descarte ou reciclagem dos materiais inservíveis seguirão as legislações vigentes de modo a sanar ou reduzir os riscos de maiores impactos ambientais.

Indicação de marcas ou modelos

4.3 Não se aplica.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.4 Não se aplica.

Da exigência do catálogo

4.5. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não se aplica.

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não se aplica.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.9 Os itens da presente licitação, que forem até 80.000,00 mil, serão exclusivos para ME/EPP conforme dispõe o art. 48, inciso I, da LC 123/2006.

4.10 Poderá, ainda, ser aplicada cotas reservadas para participação de ME/EPP, conforme dispõe o art. 48, inciso III, da LC 123/2006.

4.10.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

- 4.10.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 4.10.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência

- 4.11. Não se aplica

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de, no máximo, 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

| Campus | Endereço |
|---|--|
| Dom Pedrito | Rua 21 de abril, 80 - Bairro: São Gregório. Dom Pedrito - RS - CEP: 96450-000. |
| Itaqui | Rua Luiz Joaquim de Sá Britto, s/n - Bairro: Promorar - Itaqui - RS - CEP: 97650-000. |
| Jaguarão | Rua Conselheiro Diana, nº 650. - Jaguarão/RS - CEP: 96300-000. |
| São Borja | Rua Patrício Petit Jean 3295 - Bairro do Passo - São Borja - CEP 97670-000 |
| São Gabriel | Rua Professor Aluizio Barros Macedo, S/N, BR 290, Km 423 - São Gabriel - RS - CEP 97307-020. |
| Uruguaiana | BR 472 - KM 592 - Saída para Barra do Quaraí - Uruguaiana - RS - CEP 97500-701. |
| Pró - Reitoria de Comunidades, Ações Afirmat., Diversidade e Inclusão (PROCADI) | R. Prof. Melanie Granier, 51 - Centro, Bagé - RS, CEP 96400 -500. |

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.26. Não se aplica

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado de acordo com o recurso disponível e a necessidade da instituição.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. a 9.32 .Não se aplica.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.162.986,53 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos.), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e no Termo de Referência e em seus anexos.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3 ao 2.6 Não se aplica

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Não se aplica.

4.1.10 Não se aplica.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. ao 4.1.14 Não se aplica.

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17 ao 4.1.26. Não se aplica.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1 ao 5.7. Não se aplica

5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

Fica definido o Foro da Justiça Federal em Bagé/RS, Seção Judiciária de Bagé/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1. Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELO CHIBIAQUI DA CUNHA

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 28/08/2025 às 14:40:33.

CIRO SANCHES LOPES

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 28/08/2025 às 15:08:40.

FELIPE BATISTA ETHUR

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 28/08/2025 às 15:04:29.

LUIS ANDRE ANTUNES PADILHA

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 01/09/2025 às 09:24:19.

DEBORA DESCONSI SUTERO

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 28/08/2025 às 15:16:03.

IVAN CANDIDO VIEIRA DE FREITAS

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 08:35:51.